

DIREITO A INFORMAÇÃO

Nº 7

EDITORIAL

Algumas semanas antes do aparecimento deste novo número de D.I., algo de excepcional aconteceu no campo em que se tem exercido a nossa actividade. Referimo-nos ao Testemunho de um Grupo de Católicos por ocasião da recente campanha eleitoral, publicado na Imprensa Diária nos primeiros dias de Novembro.

Foram assim dados a conhecer pela primeira vez ao Povo Português, em edições totalizando centenas de milhares de exemplares, numerosos factos que permaneciam ignorados e que revelaram a muitos - crentes e descrentes - o que tem sido a monstruosa mistificação do pseudo Estado católico, que se serve da Igreja para manter - não só o país, mas também as extensas regiões que estão sob a nossa responsabilidade - debaixo do jugo de um regime que oprime a dignidade e os direitos dos homens por entre farisaicas exhibições de religiosidade.

Alguns desses factos tinham sido já por nós referidos, mas o seu conhecimento não pudera chegar ao grande público. Por exemplo: a censura a documentos da hierarquia e as restrições à verdadeira liberdade da Igreja, combinadas com a publicidade exuberante dada às manifestações de piedade mais superficiais e aos actos de culto de caracter mundano.

As ferozes represálias exercidas contra os estudantes, que apenas defendem um elementar direito de associação; a silenciosa mas cruel perseguição à parte porventura mais fiel do clero africano e missionário - nada menos de nove sacerdotes angolanos estão desde há anos desterrados e impedidos assim de trabalhar no apostolado que a Igreja lhes confiou e para o qual tão entusiasticamente se prepararam, sendo objecto de acusações insidiosas que nunca foram comprovadas; a clamorosa contradição entre a apregoada acção evangelizadora de Portugal (tal como o Governo a entende) e a clara, insistente doutrina da Igreja à cerca dos povos colonizados; o crime de uma guerra que se arrasta e da qual somos nós os principais responsáveis pelo acumular constante de revoltantes injustiças e cruéis opressões.

Algo de novo, portanto, aconteceu, mercê daquele documento: milhões



de portugueses ficaram a saber que nem todos os que se confessam de Cristo são cúmplices, pela acção ou pelo silêncio, dos carrascos da Nação.

Deixará assim de se justificar o nosso aparecimento? De modo nenhum: muitas e graves coisas ficaram ainda por dizer e muitos factos irão succeder-se, sem possibilidade de serem divulgados, pois entrámos já num novo quadriénio de total e esmagador silêncio.

Por isso, continuamos, mas sabendo-nos mais compreendidos, mais apoiados, contando até com a confiança de muitos que a princípio nos receberam com indiferença ou com desagrado. Mas assim aumenta a nossa responsabilidade; e por esse motivo procuraremos nunca ser infieis àquela Verdade que é a razão do nosso combate.

A clandestinidade a que nos obrigam é para nós um risco como é também uma honra; mas é sobretudo uma exigência constante de trabalho escrupuloso e de honestidade.

FRANQUEZAS DA UNIÃO NACIONAL

(de uma entrevista ao enviado especial de "Le Monde" - 7/12/1965)

"...Para o Dr. Júlio de Castro Fernandes, presidente da União Nacional e administrador do Banco Nacional Ultramarino, as queixas da oposição não têm fundamento."

.....

" - São comunistas... Ou fazem o jogo dos comunistas. Nós conhecemos-os bem. Ah, mas já não posso dizer o mesmo dos chamados católicos progressistas. Trata-se de um movimento que nos inquieta. Toda a nossa atenção será pouca. E como se poderá explicá-lo? Em Portugal, toda a gente, ou quase, é católica. Mas esses católicos agitam as encíclicas dos Papas para reclamarem menos impostos e para darem lições de democracia. Não se podem misturar a religião e a política. De resto, nós não temos a receber de ninguém lições de democracia. No nosso país as corporações são uma antiga tradição democrática e nós tratámos de as pôr ao serviço do homem. Mas que diz V. das eleições democráticas nos Estados Unidos, por exemplo, onde bastam cem mil votos de diferença para derrubar a equipe no poder? é uma ditadura da minoria! E depois, sejamos francos: V. conhece muitos governos que aceitem perder eleições? "

HOJE, COMO HÁ SETE ANOS

(da carta do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, ao
Presidente do Conselho / 1958)

"... A grande e trágica realidade, que já se conhecia mas que a campanha eleitoral revelou de forma irrefragável e escandalosa, é que a Igreja em Portugal está perdendo a confiança dos seus melhores. Não direi se este processo está em princípio, no meio ou perto do fim; o que é evidente é que tal processo está em curso, por mim penso que muito e muito adiãntado.

Apresentarei apenas dois factos que, podendo servir de símbolos, são já de si realidades enormes.

No Minho, coração católico de Portugal, onde se pensava que bastaria sempre o abade dar o lamiré e todos entravam imediatamente em coro, no Minho católico, mal os padres começavam a falar de eleições, os homens, sem se importarem com o sentido que seria dado ao ensino, retiravam-se afrontosamente da Igreja.

Nas Juventudes da Acção Católica, onde tanto se quiz dizer que os padres andavam a lançar inquietações e dúvidas, os dirigentes mais responsáveis saltam fora dos quadros e da disciplina, para manifestarem a sua inconformidade e desespero, fugindo ao conhecimento dos assistentes (que, a pesar de tudo, lhes aconselhariam paciência).

São os dois polos, o da tradição e o da recristanização; do que fica no meio facilmente se poderá julgar. Está-se perdendo a causa da Igreja na alma do povo, dos operários e das juventudes: se esta se perde, que poderemos esperar da sorte da Nação?

Como meio único de salvação, querem que corremos fileiras em volta do Estado Novo. E apontam-nos os dentes das feras, que já se aguçam, e previnem-nos contra o masoquismo do martírio e lembram-nos os frades espanhóis que votaram pela República em lista aberta... Tudo isto para que as ovelhas se congreguem em volta do pastor. Não me compete examinar nem discutir todos estes conselhos enquanto dirigidos aos cidadãos portugueses; mas cumpre-me examiná-los e julgá-los enquanto dirigidos aos fiéis da Santa Igreja, como tais e insistentemente como tais.

Temos obrigação de pedir e realmente pedimos a Deus que nos dê forças e constância para afrontar a incompreensão e mesmo o martírio pela causa da Verdade e da Justiça. Mas poderemos traduzir estas imediatamente em termos de Estado Novo? Ou, em atitude aparentemente contrária, abrigar-nos à sombra da pax augusta do Estado Novo, haja o que houver com a Verdade e a Justiça?!..."

UMA AFIRMAÇÃO FALSA DESTRUIDA NUMA CARTA, MAS QUE A CENSURA NÃO DEIXOU PUBLICAR...

(dos antigos candidatos por Moçambique ao Presidente da União Nacional da Província)

"Exm^o. Senhor:

Os signatários figuram, como V.Ex^a. sabe, entre "os que, em Moçambique, têm afirmado no passado, em todas as eleições, uma posição intransigente de desacordo com o Governo sobre problemas internos". Houve por bem V.Ex^a., na sua allocução aos portugueses de Moçambique, interpretar a abstenção dos oposicionistas moçambicanos, em face do acto eleitoral em curso, como manifestação de "falta de solidariedade, por motivos superiores, com essa escassa minoria de eleitores que, em Lisboa, publicou o chamado Manifesto da Oposição Democrática".

Acrescentou V.Ex^a. que "nesta Província hoje, os portugueses, no que respeita à Defesa Nacional e à política de Manutenção do Ultramar, estão de acordo com o Governo", e acabou V.Ex^a. por nos prestar homenagem. Daí a necessidade deste esclarecimento que, como V.Ex^a. será o primeiro a reconhecer, não deixará de ter publicidade semelhante à que V.Ex^a. deu à causa que o determina.

Há-de V.Ex^a. estar lembrado de que, tendo consentido em que fosse apresentada a nossa candidatura a deputados à última legislatura, fomos declarados inelogíveis, e consequentemente descandidados por um tribunal em que a maioria dos juizes carecia de formação jurídica, aliás com dois honrosos votos contra, esses de juristas, em cinco a favor desse cómodo acto de pretense sancionamento político. O pretexto, bem o sabe V.Ex^a., foi o de que defendíamos ideias contrárias à ordem social estabelecida, entre elas a da autodeterminação... Momento tão grave da vida nacional, em que cada vez mais portugueses matam e morrem, o povo tinha e tem o direito de ser ouvido sobre o que mais convém ao seu destino. Propúnhamos, em suma, um debate amplo que pudesse esclarecer-nos e iluminar-nos, enfim um acto de escôlha que habilitasse o Governo, qualquer que fosse, a praticar uma política verdadeiramente representativa da vontade da Nação, já que ele próprio não deveria ser senão o resultado e a expressão dessa mesma vontade. Então sim: ainda que caminhássemos para o abismo, para o escândalo ou para o isolamento, poderia V.Ex^a. invocar a concordância de todos, sem nos excluir a nós, na medida em que havíamos aceiteado o critério da escôlha de uma política porventura diferente da nossa.

A certa altura pareceu-nos que até o Sr. Presidente do Conselho convinha na necessidade de uma consulta ampla. Mas tudo se ficou pelo estroendo de ovações espontâneas cuidadosamente organizadas, que sem embargo chegaram para que os arautos do regime se considerassem na

posse da verdade revelada, e passassem a rotular de traidores os que, até por uma questão de lealdade, não podiam occultar a sua inconformidade com ella.

Debalde nos defendemos então alegando que não havíamos mostrado divergir da ordem social estabelecida, mas apenas da ordem política vigente, e que, divergir politicamente, era um direito inalienável dos deputados à Assembleia Nacional, de tal modo entre as suas prerrogativas, estava a de votar a alteração da própria Constituição.

Triunfaram então sobre a justiça as conveniências partidárias, a nossa candidatura foi anulada, e o manifesto aos eleitores em que defendíamos a nossa posição, apreendido na tipografia em que estava a ser impresso.

Desde então nenhum de nós fez profissão de arrependimento. Como assim pôde V.Ex.^a ofender-nos attribuindo-nos a negação do que sempre afirmámos, interpretando como lhe aprouve um silêncio que nos foi imposto, e que sem dúvida voltaria a sê-lo no dia em que reafirmássemos o que V.Ex.^a pretende termos nós negado?

Silenciando, quisemos além do mais significar que de todo em todo deixámos de crer na possibilidade de um acto de contrição política por parte do Governo, por via evolutiva ou outra, em qualquer caso com utilização dos canais da legalidade. Enfin que, fechada a porta da evolução, só desgrazadamente resta a da revolução e da catástrofe, a quem tiver jeito e coragem para penetrar por ella.

Há quatro décadas que o regime procura equilibrar a violência necessária com a tolerância conveniente de modo a, tanto quanto possível, parecer o que não é. Coube à Oposição o papel e o mérito de o forçar a completar o ciclo do seu desprezo pelo direito. "Consummatum est": tem todo o poder, terá toda a responsabilidade. Sua será toda a glória ou toda a ignomínia do destino que à Pátria impõe.

Já agora, para que tudo seja ao invés do que V.Ex.^a pretende, e nada do que deve ser dito fique por dizer, queremos ainda significar a V.Ex.^a que nos sentimos orgulhosos dos nossos correligionários metropolitanos, na medida em que levaram ainda mais longe do que nós a sua fé na força da legalidade, e tiveram a coragem de defender ideias arrancadas ao "index" das oficialmente rotuladas de intocáveis. Essas ideias, com as quais inteiramente nos identificamos, podem não ser as melhores, concessão que um democrata está sempre disposto a fazer; mas não poderá V.Ex.^a recusar que é o melhor e o mais patriótico o propósito que nos anima, sem sujeitar a igual suspeita aquelas que defende com tão aparente convicção.

UMA CARTA SÉRIA E DIGNA... MAS QUE NÃO FOI PUBLICADA

"Exm^o Sr. Pedro Correia Marques

Como católico, como português e como homem, exigente de verdade e de justiça... e ainda como assinante que fui de "A Voz" até esta data, venho apresentar a este Jornal, na pessoa do seu Director, o meu enérgico e sentido protesto contra a campanha movida nas vossas colunas aos signatários do documento, que se intitulou "Testemunho de Alguns Católicos".

Não conheço pessoalmente muitos dos seus signatários, mas daqueles que conheço posso afirmar serem membros vivos da Igreja; participantes na sua vida e no seu apostolado. Na posição que agora assumiram não trazem o mandato nem a representação de ninguém e eles próprios claramente o indicam, até pelo título que dão ao seu depoimento. Mas é como católicos e como portugueses que, obedecendo aos imperativos da sua consciência e às repetidas recomendações da Igreja (V.Ex^a. que conhece a doutrina e os textos pontifícios dispensar-me-à as citações) se interessam pela vida pública do seu País, a cujo serviço alguns fizeram já o sacrifício de interesses pessoais. É nessa qualidade que intervêm, manifestando a sua preocupação sobre aspectos da vida nacional, que consideram incompatíveis com a sua noção cristã de justiça e de verdade. Fazem-no com dignidade e elevação. Não se encontram nas suas palavras insultos ou ofensas pessoais, mas uma enérgica tomada de posição contra tudo aquilo que, interessando-lhes directamente, como portugueses, a sua consciência e formação cristã lhes dizem não estar certo. O seu testemunho é profundamente alicerçado na Caridade, naquela Caridade que é a base e razão de ser de toda a actuação cristã, naquela Caridade que, por sua própria natureza é universal e dá qual o amor da Pátria é parte integrante e essencial.

Como católicos, a sua argumentação apoia-se sólidamente na doutrina da Igreja, sendo a sua exposição largamente ilustrada por textos pontifícios, fielmente representativos do pensamento dos últimos Papas.

Se porventura carecem de rectificação algumas das afirmações em que se baseiam ou se são discutíveis as conclusões que perfilham, parece ser exactamente a função duma Imprensa honesta e séria o esclarecimento, se possível, dos factos e a discussão das idéias, dentro dum espírito de dignidade e elevação correspondente àquele em que as questões foram levantadas.

Mas, em vez desta atitude, a que se assistiu? Não, infelizmente, a uma resposta objectiva, mas (referindo-me apenas a "A Voz") a uma extraordinária manifestação de "repulsa" (sic) escrita nas suas colunas, recheada de insultos e de insinuações caluniosas e ... assinada por "um numeroso grupo de católicos" !

Abstenho-me, Sr. Pedro Correia Marques, de classificar semelhante documento. Está a nossa atmosfera tristemente impregnada das palavras feias que entraram, infelizmente, na linguagem corrente da nossa oratória e da nossa Imprensa, palavras insultuosas com que portugueses se referem a outros portugueses. Se tem havido até quem se reclame da sua qualidade de cristão para dirigir expressões de ódio e desprezo àqueles mesmos junto dos quais, por força dessa qualidade e por mandato divino, o cristão é portador dum mensagem de amor! No meu profundo e sentido protesto contra um documento que faz largo uso de tais expressões, nem em pensamento, com a ajuda de Deus, as empregarei.

Também não me referirei à argumentação, de pobreza confrangedora, em que nenhuma resposta é dada, nem parece pretender dar-se, a uma única das questões levantadas pelo "Testemunho de Alguns Católicos". Mas protesto com indignada energia contra as insinuações pessoais, totalmente desprovidas de fundamento que são feitas sobre os seus signatários;

"O Grupo que se diz de católicos" - conhece o autor desta infeliz pressa as pessoas a quem se refere? Se as conhece sabe que a insinuação é mentirosa; se as não conhece, como se atreve a insinuar o que não sabe?

"Bandeados com os inimigos de Portugal", "Acorrentados a Moscovo" ! - ao relacionar o sentido desta insinuação com as pessoas daquelas dos signatários que tenho o prazer de conhecer pessoalmente, eu sentiria uma irresistível vontade de rir se não fosse antes invadido por uma verdadeira tristeza: é realmente profundamente triste que esteja tão espalhada entre os portugueses a mesquinha mentalidade que dita calúnias desta natureza; é triste que um Jornal com as responsabilidades morais e as tradições de "A Voz" lhes dê guarida nas suas colunas. Mais triste é ver as colunas de "A Voz" cobertas de nomes de aderentes a tal documento: Não que o seu número tenha qualquer significado: adesões desta natureza são muito fáceis e nesta têm segundo me afirmam, crianças de poucos meses de idade. Mas entre estes nomes tenho encontrado os de pessoas por quem tenho e quero continuar a ter verdadeira consideração e algumas a quem me ligam laços de grande amizade. Não sei compreender nem pretendo explicar a sua atitude...

Quantó ao Jornal "A Voz", cuja assinatura herdei de meu Pai e que desde os tempos até onde chega a minha memória me habituei a ver sobre as mesas da nossa casa e a considerar como intrépido defensor da boa doutrina, verifico com desgosto que não só deu guarida nas suas páginas a esta campanha difamatória, como de certo modo lhe deu início, empregando no seu editorial do dia 5 e a propósito do "Testemunho" a que nós vimos referindo, termos como: "pactuação com o comunismo", "traição à Pátria" e outros de sentido semelhante. Já há algum tempo discordo de posições assumidas por "A Voz". Perante a presente atitude - que também, pelos mesmos motivos, me abstenho de classificar - sinto ter que pedir a V. Exã. que a partir desta data

me deixo de considerar seu assinante.

Não seja porém esta minha decisão considerada como ofensa pessoal para V.Ex^ã., defensor enérgico que foi de princípios que considero sagrados e pelos quais sofreu, como meus Pais, vexames e perseguições.

Por isso me assino, com toda a consideração

D. Miguel d'Almeida

P.S. - Faça V.Ex^ã. o uso que muito bem entender desta carta, que muito me agradaria ver publicada, mas na íntegra. Por minha parte reservo-me o direito de utilizar as suas cópias no sentido que me parecer conveniente "

CARTA ABERTA DOS ANTIGOS CANDIDATOS POR MOÇAMBIQUE

(continuação)

Era isto o que por preço nenhum poderíamos deixar de dizer. Com licença de V.Ex^ã. retornamos ao cásulo do nosso silêncio, a menos que ache oportuno um debate franco e leal sobre os males que a todos nós afligem, e para os quais vão demorando os prometidos milagres da terapêutica oficial.

aa) Dr. António de Almeida Santos; Dr. H. V. Soares de Melo;
Dr. Santa Rita; Dr. Adrião Rodrigues; Dr. Villiane Pott;
Saraiva Barreto "

LE MONDE - (3 de Novembro de 1965)

"... Para toda a gente a partida está jogada, mas nos bastidores desenhavam-se sintomas interessantes duma possível evolução. Assim, circula neste momento em Lisboa, um manifesto. Está já assinado por uma centena de personalidades católicas e nele se afirma: "se há uma batalha de coragem neste país, é a oposição que a ganhou". Denuncia "um poder que se diz católico mas que viola os direitos considerados essenciais para os cristãos". Seguramente, estes católicos liberais são ainda uma ínfima minoria em Portugal, mas é difícil para o Governo de Salazar acusá-los de "comunistas" como é o caso com os líderes da oposição liberal portuguesa." (...)

OS CATÓLICOS LISBOETAS DIVIDIDOS POR CAUSA DE REFORMAS.
A SUA CONFRONTAÇÃO E O RESULTADO MAIS IMPORTANTE DE UMAS ELEIÇÕES
SEM OPOSIÇÃO

(New York Times - 8/11/1965)

"O aparecimento duma divisão pública entre católicos progressistas e conservadores em Portugal, parece ser agora o resultado principal da curta campanha eleitoral para as eleições parlamentares de hoje. (...) O "testemunho" que saiu há uma semana está assinado por 101 leigos de destaque, e apoia a oposição. O manifesto mostra o papel que cada vez mais os católicos progressistas, tanto em Portugal como na vizinha Espanha, estão a tomar, exigindo reformas. Exactamente como em Espanha, os grupos conservadores ou ligados ao regime respondem que os católicos progressistas, entre os quais e em ambos os países estão muitos padres novos, são manejados pelos comunistas, ou até pior. 273 católicos conservadores pro-regime responderam noutro manifesto escrito à pressa e publicado em Lisboa na 6ª feira à noite. Dizem que os católicos progressistas estão "acorrentados a Moscovo". Tanto as primeiras reacções governamentais perante o testemunho dos progressistas, como o tom violento da resposta dos conservadores, mostram que o regime de Salazar se sentiu atingido com a declaração dos progressistas. A princípio o regime decidiu impedir a publicação do testemunho, mas depois autorizou-a em todos os jornais, enquanto punha a funcionar a recolha das assinaturas para o manifesto conservador." (...)

FORMALIDADES PORTUGUESAS

(Editorial de primeira página de "Le Monde" - 9 de Novembro de 1965)

... "O aspecto mais importante da consulta eleitoral é o facto que o regime do Dr. Salazar persistiu em organizá-la. Mas isto é já um hábito. De quatro em quatro anos, 25 dias são consagrados ao respeito pelas formalidades da "democracia corporativa". (...)

... "O verdadeiro interesse desta consulta residiu no aparecimento duma corrente católica liberal. Pela primeira vez, na verdade, católicos solidarizaram-se com candidatos da oposição clássica. É concerteza difícil apreciar a força actual desta corrente e, com mais forte razão, as suas possibilidades futuras. Mas desde já, é notável, que a hierarquia católica, apesar de todas as pressões governamentais que tem sofrido, não tenha até hoje achado necessário condenar tal iniciativa. "

TIME MAGAZINE - 12 de Novembro de 1965 (apreendido pelo Governo)

"De quatro em quatro anos o Primeiro Ministro António de Oliveira Salazar conserva a imagem de Portugal como uma democracia, pois limpa a poeira de cima de alguns líderes da oposição bem escolhidos e relaxa um pouco o controle policial durante algumas semanas, para lhes permitir concorrerem aos 130 lugares da Assembleia Nacional Portuguesa. Há brechas na fachada. A Assembleia funciona unicamente como carimbo, os candidatos da oposição são normalmente uns velhotes fracos que restaram dum regime desacreditado e derrubado há já quatro décadas; e Salazar decide sobre o que é permitido falar (proibido este ano: qualquer referência aos acontecimentos nas colónias africanas de Angola e Moçambique). Além disto, não lhes é permitido fazer reuniões de propaganda públicas, nem imprimir cartazes eleitorais; as suas palavras são censuradas e normalmente é-lhes impossível conseguir que os seus nomes apareçam nas listas. E para não haver qualquer hipótese, a "Situação", como os lisboetas chamam ao regime de Salazar, conta os votos.

Luta mesquinha. Quando esta semana Portugal foi às urnas, algo de novo aconteceu: não veio dos 34 candidatos da oposição. Que quase todos encolheram os ombros e desistiram muito antes do Governo os ter excluído. A semana passada, um grupo de 101 leigos católicos de destaque tomaram partido da relativa liberdade pré-eleitoral para falarem contra a situação. Num amargo testemunho publicado em quase todos os grandes diários portugueses, acusam o regime, que dizem eles "diz-se católico" de poder "totalitário" que "ofende e viola sistematicamente a consciência cristã". Foi uma acusação que soou tristemente verdadeira para muitos católicos portugueses, pois além da dureza do regime policial em Portugal, Salazar tem estado a travar uma luta mesquinha com o próprio Vaticano. Várias passagens "subversivas" de "Mater et Magistra" de João XXIII foram censuradas por um regime que considera que todos os Papas desde Pio X são uns perigosos liberais. A visita do Papa à Índia foi oficialmente atacada como "ofensa gratuita" contra Portugal. (Goa, antiga colónia portuguesa, foi anexada pela Índia). A visita do Papa a Nova Iorque, foi censurada, porque Salazar temeu que ela enaltecesse as Nações Unidas - organização detestada por causa da sua insistência com Portugal para que este liberte Angola e Moçambique.

Esperança futura. O testemunho da semana passada não terá, claro está, qualquer efeito nas presentes eleições e não foi nem apoiada nem aprovada pelos Bispos de Portugal que tradicionalmente apoiam Salazar. Mas os autores principais do documento supõem que este "criará a união dos católicos contra o regime" e esperançosamente confiam em que formará a base eventual de um partido democrata-cristão anti-Salazar. O que pelo menos é olhar com firmeza para o futuro: o membro mais velho do grupo tem 37 anos; e a maioria está na casa dos 30.

CATOLICOS ATACAM A POLITICA PORTUGUESA - MANIFESTO ELEITORAL DE UM GRUPO FALA DE INJUSTIÇAS ("The Times", de 3/11/1965)

"Um grupo de quase 100 católicos enviou ao Presidente Tomaz um manifesto explicando a sua posição face às eleições parlamentares do próximo domingo em Portugal e atacando o governo do Dr. Salazar. O manifesto apoia um outro, publicado pelos candidatos da oposição social - democrática de Lisboa, Porto, Coimbra e Vizeu antes de estes terem desistido das eleições o mês passado. Diz: "é um escândalo pelo qual todos nós católicos portugueses temos um dia de dar contas, que durante 40 anos o nome de Cristo tenha sido usado como capa de um nacionalismo exacerbado e de atitudes totalitárias que deveriam desgostar qualquer consciência cristã". Acusa alguns católicos de recusarem ajuda aos pobres ao mesmo tempo que "servem aqueles que os oprimem e os perseguem". Os signatários pronunciam-se como católicos contra as perseguições que sofrem aqueles que não concordam com a política do Governo, opõem-se à polícia política, contra "um processo eleitoral sem dignidade nem verdade", e contra uma política que é responsável pelo baixo nível intelectual do País. O manifesto deplora a recente suspensão de estudantes universitários por ofensas políticas. Protesta contra a proibição do Governo de discussão pública de autodeterminação para as províncias ultramarinas, e diz que a guerra na África portuguesa "apesar de ser ajudada do exterior não é inteiramente um produto estrangeiro". O documento termina lembrando que muitos católicos "já tiveram a experiência de serem interrogados pela polícia política". "

O PROBLEMA PORTUGUES (Hannoversche Presse, de 16/11/1965)

... "Derivam talvez essas causas duma íntima aversão contra esse "Estado Novo" que se tem feito sentir em certos círculos fiéis a esse regime. Estes círculos compõem-se, dum modo geral, de católicos que sentem que o regime não obstante as suas afirmações públicas nunca se comportou como católico. E sabem também que a afirmação do governo, feita nos jornais diários, de que tem estado nas melhores relações com a Igreja nestes quatro anos só pode ser tomada como um desafio, já que todo o português não ignora que padres são presos ou têm de deixar o país por motivos políticos. Entre estes acha-se o bispo do Porto, há anos no estrangeiro.

Como exemplo típico deste desacordo entre católicos e o regime de Salazar, pode-se considerar uma carta dirigida ao Presidente da República, Américo Tomás."

TIME MAGAZINE - 12 de Novembro de 1965 (apreendido pelo Governo)

"De quatro em quatro anos o Primeiro Ministro António de Oliveira Salazar conserva a imagem de Portugal como uma democracia, pois limpa a poeira de cima de alguns líderes da oposição bem escolhidos e relaxa um pouco o controle policial durante algumas semanas, para lhes permitir concorrerem aos 130 lugares da Assembleia Nacional Portuguesa. Há brechas na fachada. A Assembleia funciona unicamente como carimbo, os candidatos da oposição são normalmente uns velhotes fracos que restaram dum regime desacreditado e derrubado há já quatro décadas; e Salazar decide sobre o que é permitido falar (proibido este ano: qualquer referência aos acontecimentos nas colónias africanas de Angola e Moçambique). Além disto, não lhes é permitido fazer reuniões de propaganda públicas, nem imprimir cartazes eleitorais; as suas palavras são censuradas e normalmente é-lhes impossível conseguir que os seus nomes apareçam nas listas. E para não haver qualquer hipótese, a "Situação", como os lisboetas chamam ao regime de Salazar, conta os votos.

Luta mesquinha. Quando esta semana Portugal foi às urnas, algo de novo aconteceu: não veio dos 34 candidatos da oposição. Que quase todos encolheram os ombros e desistiram muito antes do Governo os ter excluído. A semana passada, um grupo de 101 leigos católicos de destaque tomaram partido da relativa liberdade pré-eleitoral para falarem contra a situação. Num amargo testemunho publicado em quase todos os grandes diários portugueses, acusam o regime, que dizem eles "diz-se católico" de poder "totalitário" que "ofende e viola sistematicamente a consciência cristã". Foi uma acusação que souu tristemente verdadeira para muitos católicos portugueses, pois além da dureza do regime policial em Portugal, Salazar tem estado a travar uma luta mesquinha com o próprio Vaticano. Várias passagens "subversivas" de "Mater et Magistra" de João XXIII foram censuradas por um regime que considera que todos os Papas desde Pio X são uns perigosos liberais. A visita do Papa à Índia foi oficialmente atacada como "ofensa gratuita" contra Portugal. (Goa, antiga colónia portuguesa, foi anexada pela Índia). A visita do Papa a Nova Iorque, foi censurada, porque Salazar temeu que ela enaltecasse as Nações Unidas - organização detestada por causa da sua insistência com Portugal para que este liberte Angola e Moçambique.

Esperança futura. O testemunho da semana passada não terá, claro está, qualquer efeito nas presentes eleições e não foi nem apoiada nem aprovada pelos Bispos de Portugal que tradicionalmente apoiam Salazar. Mas os autores principais do documento supõem que este "criará a união dos católicos contra o regime" e esperançosamente confiam em que formará a base eventual de um partido democrata-cristão anti-Salazar. O que pelo menos é olhar com firmeza para o futuro: o membro mais velho do grupo tem 37 anos; e a maioria está na casa dos 30.

OS ESCRUPULOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO...

"... Se a Censura não intervier na apreciação da vida administrativa e política, e se limitar a evitar as campanhas de excitação, os insultos pessoais, os ataques injuriosos, então poderemos dizer que ela trabalha, sem prejuizo, para o bem público, na profunda dignificação da inteligência. Mas eu não desejo agora ir mais longe, porque ao fim e ao cabo a liberdade depende do grau de formação cívica e moral de quem tenha de utilizá-la. "

(de uma entrevista dada em 1958)

... E A LINGUAGEM DOS QUE TEM LIBERDADE DE EXPRESSÃO

"Tenho a certeza absoluta de que só os desertores, os comunistas, a reduzida súcia dos que constituem a escória e corja, estão ao lado do responsável pelo DIARIO DE MOÇAMBIQUE, um pasquim nauseabundo a tresandar a traição por todas as partes."

"Fique pois o político do DIARIO DE MOÇAMBIQUE com o lugar desonroso de chefe-de-fila de todos os que constituem o partido antiportuguês, progressista, democomunista, de toda a escumalha..."

{do semanário AGORA, nº 234, 14 de Agosto de 1965}

"...os actuais demócratas recheiam o seu manifesto de amorosas e felizes referências ao Sr. Bispo da Beira... do abismo, e a Sua Santidade o Papa Paulo VI, ao Papa João XXIII e aos últimos Papas que reinaram.

Como são agnósticos, os ex-candidatos, devem pensar que com papas e bolos enganam os tolos.

Devem pensar que os católicos, a principiar pelos progressistas, são tão parvos que aceitem este namoro! "

(do discurso do Dr. Tito Arantes na sessão de propaganda eleitoral da U.N. - Diário da Manhã, 5/11/1965)

